

LEI N°. 046/2020

CERTIFICADO DE PUBLICAÇÃO
Certifico para os fins necessános, que
oste ato administrativo foi publicado no
portal da transparência do municipio
disponível na wab página
www.itacuruba.pe.gov.br. bem como no
quadro de aviso do Paço-Nunscopal
conforme regulamenta o Decrito
Municipal Nº 002/2017

Em_11/03/2020

EMENTA: MODIFICA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições garantidas pela Constituição Federal e pelo Art. 64, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ora sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O rol de benefícios do Regimes Próprios de Previdência Social de Itacuruba fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Parágrafo único. Os benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-maternidade e salário-família serão pagos diretamente pelo Ente Federativo e não correrão à conta do Regime Próprio de Previdência Social ao qual o servidor se vincula.

- **Art. 2º** A alíquota de contribuição de todos os segurados ativos, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social RPPS do Município fica majorada para 14% (quatorze por cento).
- **Art. 3º** A alíquota de contribuição ordinária dos órgãos e entidades do Município ao RPPS fica majorada para 14% (quatorze por cento).
- Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor:
 - I em relação aos artigos 2º e 3º, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação;
 - II para os demais dispositivos, na data de sua publicação;

Parágrafo único. Fica mantida, até o prazo de que trata o inciso I do caput, a exigência das alíquotas de contribuição:

I - dos segurados ativos, aposentados e pensionistas prevista no art. 4º da Lei Municipal nº 01/2014 que alterou a Lei Municipal nº 10/2009;



Il - dos órgãos e entidades do Município ao RPPS, relativas ao custo normal, prevista no art. 57 da Lei Municipal nº 10/2009, sem prejuízo das alíquotas extraordinárias ou aportes previstos nos planos de amortização instituídos antes da data de vigência desta Lei Complementar.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas previstas na Lei municipal nº 01/2004 e Lei Municipal nº 10/2009.

Gabinete do Prefeito, 11 de março de 2020.



Bemardo de Moura Ferraz CPF 066,569,204-89 Prefeito